
O combate à desinformação no Governo Lula: as tentativas de criminalização das fake news e de regulamentação das mídias sociais e dos mercados digitais¹

Paulo Fernando Liedtke²

RESUMO

O artigo analisa as iniciativas de combate à desinformação e as tentativas de criminalização das fake news, colocadas em prática pelo governo Lula no decorrer de 2023. A pesquisa, com método analítico e descritivo, utiliza informações obtidas na imprensa para mostrar a necessidade de regulamentação, como forma de minimizar impacto do fenômeno desinformativo na estabilidade democrática no país. Mostra os embates em torno da tramitação do Projeto de Lei 2630, que trata do tema no parlamento brasileiro como modelo regulatório. Busca-se verificar como os demais pesquisadores abordam este complexo fenômeno na sociedade contemporânea.

PALAVRAS-CHAVE: fake news, regulamentação, governo Lula, desinformação, comunicação

A fake news na visão dos pesquisadores

O termo fake News significa uma notícia falsa que traz algum benefício político ou econômico a alguém, desde que altamente compartilhada. O processo baseado em dados computacionais propaga uma mensagem falsa para o maior número de pessoas e é compartilhado por sites fakes, robôs e outros interessados, culminando em uma notoriedade paradoxal. A notícia falsa pode fornecer vantagem política ou econômica desinformando. Para os autores (BRAGA,2018, apud BONIN et all, 2021,p.3), os acontecimentos envolvendo fake news e o avanço desse problema no país, a percepção é a de que necessitamos encontrar um meio de suprimir a disseminação de notícias fraudulentas que atentam contra a liberdade de expressão e a democracia.

¹ Trabalho apresentado no GP Políticas e Estratégias de Comunicação, XIX Encontro dos Grupos de Pesquisas em Comunicação, evento componente do 47º Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação.

² Paulo Fernando Liedtke/UFSC, e-mail paulo.liedtke@ufsc.br. Relatório parcial de pesquisa de pós-doutoramento realizada no Centro de Investigação em Sociologia Econômica e das Organizações (SOCIUS), da Lisbon School of Economics & Management (ISEG) da Universidade de Lisboa (Ulisboa), com orientação do Prof. Dr. [José Maria Carvalho Ferreira](#).

Quessada (2022, p.108-109) analisou como é estruturado o discurso da desinformação: o ponto que converge com todos os atores diz respeito à pauta moral. Isto é um reflexo do pensamento da extrema direita que defende a família patriarcal e heteronormativa, o ressurgimento do nacionalismo e traz para o centro da agenda política temas conservadores. Indagando qual a forma de repressão estatal das fake news no cenário brasileiro, há autores que demonstram que o Estado não tem sido eficiente em dirimir este problema, carecendo de regulamentação específica. Os projetos de lei que tramitam no Congresso Nacional, não apresentam andamentos significativos (Dal Magro et al, 2021, p.2). Para os autores (idem, p. 12) a disseminação de fake news se tornou um grande desafio para a gestão pública brasileira. No Brasil inexistente legislação específica relativa à repressão de fake news. A responsabilidade é pouco tratada pelo Marco Civil da Internet (2014). No âmbito civil, o assunto acaba caindo na classificação geral dada pelo artigo 927 do Código Civil, relativo à responsabilidade na reparação de danos.

No Brasil o impacto das notícias falsas é agravado diante das principais fontes de acesso às informações. A pesquisa³ “dados da TIC Domicílios 2022”, mostra que quase metade dos brasileiros não verifica se uma informação encontrada na internet é verdadeira.

Ações do governo para evitar a propagação de notícias falsas: incertezas jurídicas e embates regulatórios

O terceiro mandato do presidente Lula, que teve início em 2023, o tema das fake news passa a ser central para a estabilidade democrática e governabilidade. Diante deste cenário, novos desafios foram lançados nas políticas públicas de comunicação, principalmente na regulamentação das mídias sociais no combate à propagação de falsas notícias. Na posse Lula deu destaque ao tema em seu discurso: “A desinformação mata e não queremos nunca mais passar por esse tormento. Faremos um trabalho permanente de combate às fake news e à desinformação”, disse. A declaração do presidente foi ecoada pelo ministro-chefe da Secretaria de Comunicação (Secom), Paulo Pimenta que ressaltou que “a boa informação é vital para a sociedade”. O combate à desinformação e ao discurso de ódio pelo novo governo será central na atuação da Secom, através da recém-criada

³ <https://noticias.ufsc.br/2023/10/como-as-fake-news-ganham-tanta-atencao-professor-da-ufsc-explica/#more-258921> publicado e acessado em 16/10/23.

Secretaria das Políticas Digitais⁴. O Ministro convocou o povo a "reativar a rede de defesa da verdade", combatendo fake news e defendendo o Estado Democrático de Direito. Ele pediu que ajudem na defesa da democracia a partir da comunicação⁵. Em outra entrevista⁶ Pimenta afirmou que o combate às fake news não afetará a liberdade de expressão. "Não estamos tratando de opinião. Pelo contrário. Temos que estimular a liberdade de crítica, liberdade de ação da oposição. Somos totalmente contrários a qualquer tipo de regulação de opinião ou de liberdade de expressão. O que estamos tratando é de conteúdo criminoso e ilegal", destacou.

Lula também aproveitou os encontros com outros chefes de estado para travar uma batalha global contra fake news. Lula aproveitou encontros bilaterais para pautar o tema⁷. Numa de suas [reuniões com o presidente norte-americano Joe Biden, em Washington](#), foi discutido o estabelecimento de um amplo debate internacional e multilateral entre os países integrantes do G20 para regular e reprimir a disseminação de discursos de ódio, violência, xenofobia e conteúdos antidemocráticos nas plataformas de internet, streaming e redes sociais. O presidente também defendeu a regulamentação internacional das redes durante reunião da Celac⁸, destacou que "é urgente regulamentarmos o uso das plataformas para combater ilícitos cibernéticos e a desinformação". No discurso de abertura na 78ª Assembleia Geral da ONU, em 19/09/23, afirmou que "é fundamental preservar a liberdade de imprensa, a nossa luta é contra a desinformação e os crimes cibernéticos"⁹. No mesmo evento, o Ministro Paulo Pimenta participou do lançamento da Declaração Global sobre Integridade da Informação

⁴ Conforme articulistas da revista Carta Capital em 01/02/23: <https://www.cartacapital.com.br/politica/precisamos-ainda-encarar-o-debate-sobre-o-papel-das-tvs-e-rádios-na-disseminacao-de-fake-news/>

⁵ Conforme o portal Brasil 247, em 15/01/23.

⁶ "Pimenta reafirma verdade histórica sobre o golpe de 2016 e defende lei contra fake news", Brasil 247, 27/02/23, https://www.brasil247.com/poder/pimenta-reafirma-verdade-historica-sobre-o-golpe-de-2016-e-defende-lei-contrafake-news?utm_source=mailerlite&utm_medium=email&utm_campaign=as_principais_noticias_destamanha_no_brasil_247&utm_term=2023-02-27, acessado em 25/07/23.

⁷ Brasil 247 "Lula proporá a Biden e G20 regulamentar responsabilidade das redes sociais na disseminação de ódio e mentiras", 07/02/23, https://www.brasil247.com/poder/lula-propora-a-biden-e-g20-regulamentar-e-regularrresponsabilidade-das-redes-na-disseminacao-de-discursos-de-odio-e-mentiras?utm_source=mailerlite&utm_medium=email&utm_campaign=as_principais_noticias_destanoite_no_brasil_247&utm_term=2023-02-07, acessado em 25/07/23.

⁸ Durante reunião da Comunidade de Estados Latino-Americanos e Caribenhos (Celac) dia 17/07/23, conforme Brasil 247: https://www.brasil247.com/geral/lula-defende-regulamentacao-internacional-das-redes-e-repete-moraes-o-que-e-crime-na-vida-real-deve-ser-crime-no-digital?utm_source=mailerlite&utm_medium=email&utm_campaign=as_principais_noticias_destanoite_no_brasil_247&utm_term=2023-08-01 acessado em 01/08/23.

⁹ Exibido em <https://www.youtube.com/watch?v=gCiKklmExAQ>. Também disponível em: <https://www.gov.br/planalto/pt-br/acompanhe-o-planalto/discursos-e-pronunciamentos/2023/discurso-do-presidente-luiz-inacio-lula-da-silva-na-abertura-da-78a-assembleia-da-onu>

Online¹⁰, uma iniciativa entre muitos governos para estabelecer princípios fundamentais à proteção e promoção da integridade da informação online. O Brasil tem apoiado iniciativas internacionais, como o Fórum para Informação e Democracia e o Código de Conduta para a Integridade da Informação em Plataformas Digitais.

A Secretaria de Comunicação do governo criou a campanha “Brasil contra a fake”, disponibilizando em seu site as principais respostas para as notícias falsas publicadas sobre o governo federal. As postagens estão no portal <https://www.gov.br/secom/pt-br/fatos/brasil-contra-fake>, lançado em 29/03/23. Além das iniciativas da Secom o Ministério da Justiça também apoia organismos de combate às fake news. O Observatório da Indústria da Desinformação e seu impacto nas relações de consumo - projeto pioneiro desenvolvido pelo Laboratório de Estudos de Internet e Mídias Sociais (NetLab/UFRJ) – recebeu quase 2 milhões de reais do Ministério da Justiça e Segurança Pública¹¹. O ministro Alexandre de Moraes, do Supremo Tribunal Federal (STF), defendeu¹² que as plataformas de redes sociais sejam consideradas empresas de comunicação e se responsabilizem pelos conteúdos divulgados em seus canais.

O PL 2630 e as tratativas de regulamentação no Congresso Nacional

Nos primeiros meses de 2023 o debate esteve acalorado em torno da tramitação do PL 2630. A divergência também esteve presente nos embates entre a mídia corporativa e os chamados Big Techs, grandes empresas de tecnologia. Segundo reportagem¹³, o PL enfrenta resistência na esquerda em razão do polêmico artigo 32, que obriga as big techs a pagar por conteúdo jornalístico. Lideranças da Câmara dos Deputados fecharam um acordo para retirar do PL 2630, o das Fake News, os pontos que determinavam que as big

¹⁰ Conforme reportagem “Brasil subscreve Declaração Global sobre integridade da informação online”, publicado em 20/09/23: <https://www.gov.br/secom/pt-br/assuntos/noticias/2023/09/brasil-subscreve-declaracao-global-sobre-integridade-da-informacao-online#integra>, acessado em 30/03/23.

¹¹ Com informações da reportagem Financiamento reforça projeto de combate às fake news, <https://noticias.uol.com.br/ultimas-noticias/agencia-brasil/2023/08/19/financiamento-reforca-projeto-de-combate-as-fake-news.htm>, 19/08/23, acessado em 25/09/23.

¹² Carta Capital, 13/03/23, “Moraes defende que redes sociais sejam consideradas empresas de comunicação”, https://www.cartacapital.com.br/cartaexpressa/moraes-defende-que-redes-sociais-sejam-consideradas-empresas-de-comunicacao/?utm_campaign=novo_layout_newsletter_caixaamarela_-_1403&utm_medium=email&utm_source=RD+Station, acessado em 25/07/23.

¹³ Brasil 247, 06/05/23, “Jabuti da Globo deve sair do PL das fake news e entrar em outro projeto, também em regime de urgência”, https://www.brasil247.com/brasil/jabuti-da-globo-deve-sair-do-pl-das-fake-news-e-entrar-em-outro-projeto-tambem-em-regime-de-urgencia?utm_source=mailerlite&utm_medium=email&utm_campaign=as_principais_noticias_destas_noite_no_brasil_247&utm_term=2023-08-01, acessado em 01/08/23.

techs criassem um fundo de financiamento para empresas jornalísticas. O impasse provocou a suspensão da tramitação do PL na Câmara¹⁴. Segundo Carta Capital¹⁵, o principal ponto de divergência é a punição contra plataformas que permitem a circulação de conteúdos alusivos a crimes previstos na lei brasileira.

O projeto de Lei em tramitação também ganhou visibilidade na imprensa, que de fato tenta resgatar a credibilidade do jornalismo como fonte fidedigna de informações. A revista Carta Capital¹⁶, reuniu representantes de órgãos públicos e pesquisadores para discutir o tema. Entre os convidados, foi consenso de que há uma assimetria regulatória sobre as plataformas digitais. Principalmente sobre as regras de veiculação de propagandas — sobretudo as eleitorais — bem como a falta de transparência dos dados e critérios usados para moderação de conteúdo.

A Associação Brasileira de Imprensa (ABI) também entrou na campanha contra a desinformação. Profissionais e pesquisadores de comunicação manifestaram preocupação, durante a 1ª Semana Nacional de Jornalismo da ABI¹⁷, com a falta de uma regulação eficaz das chamadas big techs, empresas responsáveis pelas plataformas digitais. O evento promoveu uma discussão sobre a relação entre a mídia hegemônica, a mídia independente e as plataformas digitais.

O problema passa a ser a remuneração de conteúdo conforme a proposta em pauta com a nova legislação. Após intensas trocas de acusações e desavenças nos bastidores, o projeto de lei que trata dos direitos autorais e da remuneração jornalística, o PL 2370, também conhecido como PL da Globo, enfrenta incertezas e permanece suspenso na Câmara dos Deputados. A votação foi adiada indefinidamente devido à falta de acordo entre os grupos envolvidos. O presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), tomou a

¹⁴ Segundo The Intercept Brasil, depois da tentativa frustrada de votar o PL das Fake News, o presidente da Câmara Arthur Lira disse que as big techs fizeram "o horror" com a Câmara e operaram para "colocar o Congresso de joelhos" na tentativa bem-sucedida de segurar a votação. Lira sugeriu, até, entrar com uma ação contra elas. "É como se tivessem impedido o funcionamento de um poder", disse. Conforme newsletter publicada e acessada em 06/05/23, disponível em <https://www.intercept.com.br/>

¹⁵ Na reportagem (02/05/23) "Lira atende pedido e adia votação do PL das Fake News", o presidente da Câmara atendeu ao pedido feito pelo relator do projeto, o deputado federal Orlando Silva (PCdoB), em https://www.cartacapital.com.br/politica/lira-atende-pedido-e-adia-votacao-do-pl-das-fake-news/?utm_campaign=novo_layout_newsletter_caixaamarela_-_0305&utm_medium=email&utm_source=RD+Station acesso em 01/08/23.

¹⁶ "Os desafios regulatórios e de transparência para coibir o extremismo e às fake news na internet", 04/03/23, https://www.cartacapital.com.br/dialogos-capitais/os-desafios-regulatorios-e-de-transparencia-para-coibir-o-extremismo-e-as-fake-news-na-internet/?utm_campaign=novo_layout_newsletter_caixaamarela_-_0803&utm_medium=email&utm_source=RD+Station, acessado em 25/07/23.

¹⁷ "Especialistas veem o jornalismo nas mãos das big techs", portal Brasil 247, 29/03/23, https://www.brasil247.com/midia/especialistas-veem-o-jornalismo-nas-maos-das-big-techs?utm_source=mailerlite&utm_medium=email&utm_campaign=as_principais_noticias_desta_manha_no_brasil_247&utm_term=2023-03-29, acessado em 25/07/23.

decisão de suspender o projeto, que agora não possui uma data prevista para ser retomado¹⁸.

REFERÊNCIAS

BRAGA, Renê Moraes da Costa. **A indústria das fake news e o discurso de ódio**. In: PEREIRA, Rodolfo Viana (Org.). Direitos políticos, liberdade de expressão e discurso de ódio: volume I. Belo Horizonte: Instituto para o Desenvolvimento Democrático, 2018. p. 203-220

BONIN, J. C.; PORTES, S. M.; FAORO, A. **Reflexões Sobre O Papel Das Fake News Na Democracia Brasileira**. Ponto de Vista Jurídico, Caçador (SC), Brasil, v. 10, n. 02, p. 100–116, 2021. DOI: 10.33362/juridico.v10i02.2740. Disponível em: <https://periodicos.uniarp.edu.br/index.php/juridico/article/view/2740> . Acesso em: 20 set. 2023.

DAL MAGRO, DIOGO E JÉSSICA CINDY KEMPFER. "A Insuficiente Regulamentação Brasileira Para O Fenômeno Das Fake News." Revista Brasileira de Filosofia do Direito 7.1 (2021), p. 23-39.

QUESSADA, M. **A Agenda Setting Das Fake News: Uma Análise Da Desinformação Contra A Esquerda Brasileira À Luz Da Ciência Política**. Desenvolvimento Socioeconômico em Debate, [S. l.], v. 8, n. 1, p. 88–112, 2022. DOI: 10.18616/rdsd.v8i1.7424. Disponível em: <https://www.periodicos.unesc.net/ojs/index.php/RDSD/article/view/7424> . Acesso em: 20 set. 2023.

¹⁸ https://www.brasil247.com/midia/pl-da-globo-empaca-na-camara-dos-deputados?utm_source=mailerlite&utm_medium=email&utm_campaign=as_principais_noticias_dest_a_nha_no_brasil_247&utm_term=2023-08-21 . Publicado e acessado em 21/08/23.